



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

EDITAL Nº 117/17

O Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de São Carlos, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GR nº 2.002, de 10/11/2016, publicada no DOU de 23/11/2016, torna público que estão abertas as inscrições para Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos destinado a contratação de **PROFESSOR SUBSTITUTO**, nos termos da Lei nº 8.745/93, Lei 12.425/11, e na Orientação Normativa SRH/MP nº 05/09, conforme segue:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/CECH	
Área	EDUCAÇÃO
Subárea	Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica
Nº de Vagas	01 (uma)
Requisitos	Título de Doutor em Educação
Regime de trabalho	40 (Quarenta) horas semanais
Taxa de inscrição	R\$ 142,00
Remuneração	Composta pelo Vencimento Básico (VB) no valor de R\$3.117,22, acrescido da Retribuição por Titulação (RT), correspondente à titulação apresentada pelo candidato, no momento da contratação: RT de Doutorado: R\$2.580,39.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. Poderão se inscrever como candidatos os brasileiros (natos ou naturalizados) e os estrangeiros com visto temporário V ou visto permanente, e desde que não tenham sido professores substitutos ou temporários em Instituições Federais de Ensino ou que não tenham trabalhado, com contrato temporário, em outro órgão federal, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao momento da contratação.

1.1.1. As inscrições serão realizadas no período **18/07/2017 a 31/07/2017** exclusivamente via internet, no endereço www.concursos.ufscar.br.

1.2. Para Inscrever-se o candidato deverá:

1.2.1. Acessar o endereço eletrônico www.concursos.ufscar.br;

1.2.2. Preencher a ficha de inscrição;

1.2.3. Acessar o site da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda no endereço: https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp e preencher corretamente a GRU, imprimir e efetuar o pagamento em qualquer agência do Banco do Brasil até o dia **31/07/2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

- 1.2.4. Não será aceito, em hipótese alguma, o recolhimento da GRU pelas seguintes opções: agendamento de pagamento de título de cobrança; pagamento de conta por envelope; transferência eletrônica; DOC e DOC eletrônico; ordem de pagamento e depósito comum em conta corrente;
 - 1.2.5. Somente o preenchimento da ficha de inscrição não implica estar inscrito no Processo Seletivo;
 - 1.2.6. A efetivação da inscrição somente se dará após a confirmação (pelo Tesouro Nacional), do pagamento da taxa correspondente.
- 1.3. Após pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá encaminhar pessoalmente, via SEDEX ou serviço similar, a documentação exigida para efetivação da inscrição, conforme segue:
 - 1.3.1. Comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
 - 1.3.2. Formulário de inscrição devidamente preenchido e assinado;
 - 1.3.3. Cópia simples da Cédula de Identidade (RG);
 - 1.3.4. *Curriculum vitae* documentado com os respectivos comprovantes
- 1.4. No caso de inscrição realizada por intermédio de procurador, além da documentação acima, deverá ser apresentada procuração específica com firma reconhecida por autenticidade, juntamente com as cópias dos documentos de identificação do candidato e de seu procurador.
- 1.5. A documentação deverá ser encaminhada, em envelope lacrado, para o endereço: Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Washington Luís, km 235, Caixa Postal 676, Bairro Monjolinho, CEP: 13565-905 - São Carlos-SP, A/C: Departamento de Provimento e Movimentação/DiDP/ProGPe, contendo a identificação do candidato e o número do edital para o qual está se inscrevendo.
- 1.6. A efetivação da inscrição somente se dará após o pagamento da taxa de inscrição e recebimento da documentação exigida no edital, postada dentro do período previsto para inscrição indicada neste edital.
- 1.7. A Universidade Federal de São Carlos não se responsabilizará por solicitação de inscrição via INTERNET não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 1.8. A relação das inscrições deferidas e indeferidas, bem como o número de inscrição dos candidatos, serão disponibilizados via INTERNET no endereço www.concursos.ufscar.br, em data estabelecida no Anexo I deste Edital.
- 1.9. O candidato devidamente inscrito que não tiver seu número de inscrição disponibilizado na INTERNET, no prazo estabelecido no item anterior, deverá entrar em contato através do email: depm@ufscar.br para esclarecimentos e/ou regularização da inscrição.
- 1.10. A inscrição pressupõe o conhecimento, por parte do candidato, das normas reguladoras deste Processo Seletivo Simplificado e o compromisso de aceitar as condições, tais como aqui estabelecidas, às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 1.11. Encerradas as inscrições, caberá à Divisão de Desenvolvimento de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, deferir ou indeferir as inscrições, mediante a realização de conferência da documentação que deverá ser entregue em envelope lacrado contendo: o formulário de requerimento de inscrição preenchido e assinado acompanhado de cópia simples do documento de identificação do candidato e guia de recolhimento da taxa de inscrição, além do *Curriculum Vitae* documentado com os respectivos comprovantes.
- 1.12. Em nenhuma hipótese será feita inscrição condicional ou extemporânea.
- 1.13. Não será permitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

1.14. A taxa de inscrição, uma vez paga, não será, em hipótese alguma, restituída.

2. DA COMISSÃO JULGADORA

2.1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado por uma Comissão Julgadora designada para esse fim.

2.2. Compete à Comissão Julgadora:

- I - julgar os recursos de candidatos cujas inscrições tenham sido indeferidas;
- II - preparar, aplicar, corrigir e avaliar as provas previstas para o Processo Seletivo Simplificado;
- III - Avaliar o *Curriculum Vitae* dos candidatos;
- IV - julgar os recursos interpostos contra o resultado final do certame;
- VI - elaborar o relatório final, incluindo todas as etapas e resultados do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. A composição da Comissão Julgadora será divulgada no endereço eletrônico www.concursos.ufscar.br após o encerramento das inscrições e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da realização da primeira prova.

2.4. Os candidatos poderão no prazo de 01 (um) dia, após a divulgação da composição da Comissão Julgadora, impugnar a indicação de algum membro (efetivo ou suplente) que a compõe, mediante requerimento devidamente preenchido e fundamentado com base exclusivamente nos itens abaixo e dirigido ao Diretor do respectivo Centro:

2.4.1. Será considerado impedido e não poderá participar de Comissão Julgadora, nem mesmo na condição de suplente:

- I. Cônjuge ou companheiro de candidato, mesmo que separado ou divorciado judicialmente;
- II. Ascendente ou descendente de candidato ou colateral até o segundo grau ou colateral até o quarto grau, seja o parentesco por consangüinidade, afinidade ou adoção;
- III. sócio de candidato em atividade profissional;
- IV. O membro que tenha trabalho científico ou profissional, artigos e outras publicações em co-autoria com candidato inscrito;
- V. O membro que tenha sido orientador ou co-orientador acadêmico do candidato, em nível graduação, especialização lato-sensu ou mestrado;
- VI. O membro que tenha sido orientador ou co-orientador acadêmico do candidato, em nível doutorado ou supervisor de pós-doutorado;
- VII. O membro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos candidatos ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos e afins até terceiro grau;
- VIII. Outras situações de impedimento ou suspeição previstas na legislação vigente.

2.4.2. O requerimento de que trata o item 2.4 deverá ser protocolado na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSCar, observado o prazo estipulado do Anexo I deste edital.

2.5. Caso seja dado provimento à impugnação, o Diretor de Centro procederá, de imediato, a substituição do membro da Comissão Julgadora.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo simplificado constará de: pelo menos uma prova escrita ou didática e de uma prova de títulos, a saber:

- I** - Prova Escrita, de caráter classificatório;
- II** - Prova Didática, de caráter classificatório;
- III** - Prova de Títulos, de caráter classificatório.

3.2. A Prova Escrita terá a duração de três horas e versará sobre ponto a ser sorteado de uma lista constante do anexo II deste Edital, relacionado à área de conhecimento, de no mínimo três temas especificados no programa do processo seletivo e que tenham relação com a área de conhecimento a que se destina a contratação.

3.2.1. O sorteio do tema ocorrerá no dia e hora indicados no anexo I do edital na presença dos participantes do certame, uma hora antes do início da prova, sendo que será assegurado aos candidatos dispor do intervalo de tempo compreendido entre o sorteio do tema e o início da prova para a realização de consultas.

3.2.2. O candidato que não estiver presente no momento do sorteio não será impedido de realizar a prova, desde que esteja presente antes de seu início.

3.2.2.1. O tema sorteado pela Comissão Julgadora, para a Prova Escrita, ficará disponível para conhecimento, na Secretaria do Departamento de Educação.

3.2.3. Não será permitida a entrada do candidato à sala de realização da Prova Escrita, que, por qualquer motivo, não se apresentar no horário previsto para o seu início, sendo-lhe atribuída a nota 0,0 (zero).

3.3. O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário previsto para o seu início, munido do documento de inscrição e documento original de identidade ou documento equivalente, válido em todo o território brasileiro.

3.3.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido com data posterior à sua inscrição no Processo.

3.3.2. Só serão aceitos como documentos oficiais de identificação, os seguintes documentos que contenham a foto do candidato: carteiras expedidas pelos comandos militares, pelas secretarias de segurança pública, pelos corpos de bombeiros militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.), passaportes, carteira nacional de habilitação com fotografia, carteiras funcionais expedidas por órgão público que valham como identidade na forma da lei, com foto e impressão digital, carteira de trabalho e certificado de reservista.

3.3.3. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

3.3.4. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas adotará as providências necessárias para assegurar que os membros da Comissão Julgadora não tenham acesso à identificação dos candidatos até a divulgação das notas atribuídas.

3.3.5. O candidato deverá identificar sua prova apenas com o “**Código Identificador de Prova**” - **CIP**. Outra forma de identificação implicará na sua desclassificação do Processo Seletivo.

3.4. A Prova Didática será realizada em sessão pública e constará de uma aula com duração de no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) minutos, sobre tema sorteado de uma lista de no mínimo três temas constantes do anexo II, sendo vedado aos demais candidatos assistí-la.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

3.4.1. O candidato que não cumprir o tempo mínimo 20 (vinte) ou extrapolar o tempo máximo de 30 (trinta) minutos, que serão marcados rigorosamente pela Comissão Julgadora, será penalizado com a perda de pontuação na avaliação da prova didática, conforme segue:

	TEMPO INFERIOR A 20 MINUTOS	TEMPO SUPERIOR A 30 MINUTOS
ATÉ 2:00 MINUTOS	2 PONTOS	2 PONTOS
DE 2:00 A 4:00 MINUTOS	4 PONTOS	4 PONTOS
ACIMA DE 4:00 MINUTOS	5 PONTOS	5 PONTOS

3.4.2. O sorteio do tema ocorrerá no dia e hora indicados no anexo I do edital na presença dos participantes do certame, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do início previsto para esta prova.

3.4.3. O candidato que não estiver presente no momento do sorteio não será impedido de realizar a prova didática.

3.4.3.1. O tema sorteado pela Comissão Julgadora, para a Prova Didática, ficará disponível para conhecimento, na Secretaria do Departamento de Educação.

3.4.4. A ordem de apresentação para a Prova Didática será definida por meio de sorteio, em data e horário estabelecidos no anexo I do edital.

3.4.5. Não será permitida a entrada do candidato à sala de realização da prova didática que, por qualquer motivo, não se apresentar no horário que lhe coube por sorteio, sendo-lhe atribuída a nota 0,0 (zero).

3.4.6. O candidato que não apresentar documento original de identificação, na forma definida no item 3.3.2, ressalvado o disposto no item 3.3.1, não poderá realizar a Prova Didática e estará automaticamente desclassificado do certame.

3.5 Na Prova de Títulos será analisado o *Curriculum Vitae* do candidato, e serão levados em consideração e pontuados os itens abaixo relacionados, conforme tabela de pontuação estabelecida no anexo III, desde que devidamente comprovados:

- I - títulos acadêmicos;
- II - produção científica, artística, técnica e cultural;
- III – atividade didática;
- IV – atividade técnica-profissional;
- V - apresentação de trabalho em congressos e reuniões científicas e
- VI - participação em congressos e reuniões científicas.

3.5.1. Não será pontuado o título considerado como requisito mínimo exigido no processo seletivo simplificado.

3.5.2. Os diplomas de graduação ou pós-graduação (mestrado e doutorado) deverão estar devidamente registrados (se nacionais) ou revalidados (se estrangeiros).

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Para cada uma das Provas que compõem o Processo Seletivo Simplificado, a Comissão Julgadora atribuirá uma nota, observada uma escala de 0 (zero) 10 (dez).

4.1.1. A nota do candidato, em cada uma das etapas, será a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos examinadores.

4.1.2. A classificação dos candidatos será feita na forma apresentada no item 4.1.1, considerando (a) prova escrita, (b) prova didática e (c) prova de títulos, ou seja:

$$\frac{a + b + c}{3} \geq 7,0$$

4.1.3. Serão classificados em ordem decrescente, apenas os candidatos que tenham obtido a média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), sendo que os candidatos que não alcançarem esta média, serão considerados desclassificados do certame.

4.1.4. No caso de empate, a classificação final obedecerá a seguinte ordem de preferência:

I – idade, em favor do candidato com idade mais elevada de acordo com o artigo 27 § único da Lei 10.741/2003;

II – maior nota na Prova Didática;

III – maior nota na Prova Escrita;

IV – maior pontuação na Prova de Títulos;

V - o candidato de maior idade, ainda que não se enquadre na hipótese prevista no subitem I do item 4.1.4 deste edital.

5. DOS RECURSOS

5.1. Serão admissíveis recursos contra as decisões, nas seguintes hipóteses:

I – do indeferimento da inscrição e da divulgação da composição da Comissão Julgadora Provisória, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da divulgação no site www.concursos.ufscar.br ;

II – da classificação final no Processo Seletivo Simplificado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de divulgação no site www.concursos.ufscar.br .

5.1.1.. A Comissão Julgadora tem a autoridade final na apreciação dos aspectos de mérito voltados ao conteúdo acadêmico do Processo Seletivo, cabendo recurso fundamentado contra suas decisões, somente na ocorrência de vícios ou erros formais na condução do mesmo.

5.1.2. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Julgadora e protocolados na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, dentro dos prazos estabelecidos para recorrer, contados a partir da divulgação dos resultados.

5.1.3. Serão automaticamente indeferidos os recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos e os recursos encaminhados por meio eletrônico, fac-simile ou similares.

5.1.4. As provas só terão início efetivo após o decurso do prazo estabelecido no inciso I deste artigo, bem como da conclusão da análise e divulgação dos resultados de eventuais recursos.

5.1.5. O resultado do julgamento dos recursos, pela Comissão Julgadora, será publicado no endereço eletrônico www.concursos.ufscar.br, notificando-se o recorrente via e-mail, sendo que ficará à disposição do interessado na Divisão de Desenvolvimento de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSCar, para retirada.

5.1.6. A convocação para a contratação, observando-se o número de vagas indicadas no edital, somente se efetivará após decorrido o prazo para recurso ou, no caso de existência do mesmo, após o seu julgamento definitivo.

5.1.7. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Julgadora.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a contratação o candidato que deverá ter idade mínima de 18 anos, e preencher os seguintes formulários:

- I** - Cadastro de Dados Pessoais;
- II** - Declaração de acumulação ou não acumulação de cargos;
- III** - Termo de Responsabilidade;
- IV** - Formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física;
- V** - Declaração de Encargos de Família para fins de Imposto de Renda.

6.2. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no presente edital e os documentos previstos para a contratação solicitados pela Divisão de Desenvolvimento de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, quando de sua convocação, que poderão ser encontrados no endereço www.progpe.ufscar.br.

6.3. Os candidatos estrangeiros deverão comprovar no ato da contratação o Visto Temporário V ou Visto Permanente, de acordo com a legislação vigente.

6.4. Caso o candidato possua vínculo empregatício, deverá apresentar declaração do órgão a que ele esteja vinculado identificando o cargo; a carga horária semanal (horário de início e término), sua natureza (nível superior, médio, intermediário de apoio, operacional, básico ou seus equivalentes) e, ainda, se exerce cargo de direção, função comissionada, função gratificada ou de natureza similar.

6.5. O candidato classificado no presente Processo Seletivo será contratado por prazo determinado, podendo, ser prorrogado o contrato, a critério da UFSCar, desde que, não exceda o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

6.6. O candidato classificado assinará Contrato de Prestação de Serviços com a UFSCar, nos termos da Lei nº 8.745/93, sendo que extinguir-se-á na data prevista, sem qualquer direito a indenização.

7 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de até um ano, podendo ser prorrogada por igual período, no interesse da Administração, conforme estabelecido no edital.

7.2. A contratação de professor substituto não gerará expectativa de direito à nomeação em caráter efetivo para o preenchimento de vaga de professor do quadro permanente da Carreira do Magistério Federal de que trata a Lei 12772/12.

7.3. A retribuição do professor substituto será fixada em função da qualificação do candidato e será calculada com base no regime de trabalho adotado pela Universidade, no valor equivalente à remuneração composta do Vencimento Básico do nível I, da Classe A, acrescida da Retribuição por Titulação, de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação.

Parágrafo único – É vedada qualquer alteração posterior da titulação, em conformidade com o § 3º do artigo 2º da Orientação Normativa SRH/MP nº 5/09.

7.4. Aplicar-se-á ao Professor Substituto contratado o disposto no Art. 11, da Lei nº 8.745/93.

São Carlos, 17 de Julho de 2.017.

Rafael Porto Santi
Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

ANEXO I

CRONOGRAMA PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

ÁREA: Educação

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE
18/07/2017 a 31/07/2017		Período de Inscrição.
01/08/17	17h00	Divulgação das inscrições deferidas/indeferidas no site www.concursos.ufscar.br
01/08/17	17h00	Divulgação da Composição da Comissão Julgadora Provisória
02/08/17	Até 17h00	Prazo para recurso contra o indeferimento de inscrições e para impugnação da Comissão Julgadora Provisória.
04/08/17	Até 17h00	Divulgação da Comissão Julgadora Definitiva e do resultado dos recursos contra indeferimento de inscrições.
07/08/17	8h00	Sorteio dos temas das Provas Escrita e Didática Local: Sala 27 – AT 8
07/08/17	9h00	Realização da Prova Escrita Local: Sala 27 – AT 8
08/08/17	8h00	Sorteio da ordem de apresentação da prova Didática Local: Sala 27 – AT 8
08/08/17	9h00	Realização da Prova Didática Local: Sala 27 – AT 8
10/08/17	8h00	Realização da Prova de Títulos e Exame de <i>Curriculum vitae</i> pela Comissão Julgadora.

OBS.: Este cronograma poderá sofrer alterações dependendo do número de candidatos inscritos.

ANEXO II

TEMAS PARA AS PROVAS ESCRITA E/OU DIDÁTICA

1. Políticas Públicas Educacionais e o direito à educação.
2. Gestão escolar e o seu trabalho administrativo-pedagógico.
3. Avaliação externa e as políticas educacionais no Brasil.
4. Cultura escolar, relações de poder e a participação nos espaços escolares.
5. Gestão Educacional e modelos organizacionais da escola pública.
6. Equipe gestora e o financiamento da Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAHÃO, Jorge. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. Educação e Sociedade. Campinas, SP, vol. 26, n. 92, out. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a07>. Acesso em: 12/07/2017

AZEVEDO, Janete Lins. A educação como política pública. Coleção Polêmica do Nosso Tempo, 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

COSTA, Jorge Adelino. Imagens Organizacionais da escola. 2. ed. Porto: Asa, 1998.

CURY, C. R. J. O Princípio da Gestão Democrática na Educação. (2005) Disponível: www.tvebrasil.com.br/salto

_____. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação e Sociedade. Campinas, SP, vol. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1028100.pdf>. Acesso em: 12/07/2017

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Orgs.). Políticas públicas e educação básica. São Paulo: Ed. Xamã, 2001.

DOURADO, L. Gestão escolar democrática – a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

Freitas, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da forma escola. Educação (Rio Claro. Online), v. 20, p. 89-99, 2010.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Regulação sistêmica e política de financiamento da educação básica. Educação e Sociedade. Campinas, SP, vol. 26, n. 192, out. 2005.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a06.pdf>. Acesso em: 12/07/2017

FREITAS, D. N. T.. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 34, n.123, p. 663-689, 2004.

GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

LUCK, Heloisa. Gestão Educacional. Série Cadernos de Gestão. Vol.I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

LUIZ, Maria Cecília. Algumas reflexões sobre a prática da gestão democrática na cultura e organização escolar. Revista de Educação, online, v. 4, n.2, Nov. 2010. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Disponível em www.reveduc.ufscar.br

LUIZ, M. C.; RISCAL, S. A.; JUNIOR, J. R. R. Conselhos Escolares e a valorização da diversidade: uma dimensão mais democrática na escola. In: LUIZ, M. C.; NASCENTE, R. M.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

- M. Conselho Escolar e diversidade: por uma escola mais democrática. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2013.
- NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional, In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 7ª ed. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1998.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade et. al. (org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de Educação Básica. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. 254p.
- OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, Theresa (orgs). Organização do ensino no Brasil. São Paulo: Ed. Xamã, 2002.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). Educação e Sociedade. Campinas, SP, vol. 23, n. 80, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12927.pdf>. Acesso em: 12/07/2017
- RISCAL, Sandra Aparecida. Gestão Democrática no cotidiano escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2009. (coleção UAB- UFSCar)
- SILVA, J. M. da (1996). A autonomia da escola pública. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- TEIXEIRA, L. H. G. Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. (10ª edição). Campinas, SP: Editora Papyrus , 2000.
- VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE), Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

ANEXO III

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA A PROVA DE TÍTULOS

Critérios	Pontuação máxima
TÍTULOS ACADÊMICOS	
Especialização/ Aprimoramento (0,50 por curso concluído)	até 1,0
Mestrado (1,00 por mestrado acadêmico ou profissional concluído)	até 2,0
SUB-TOTAL DE PONTOS =	até 3,0
PRODUÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA, TÉCNICA E CULTURAL	
Artigo em periódico qualificado (Qualis-Capes em educação): A1,A2,B1 e B2 (0,25 pontos por artigo publicado)	até 0,75
Artigo em periódico qualificado (Qualis-Capes em educação): B3, B4, B5 (0,12 pontos por artigo publicado)	até 0,60
Livro Publicado em editora com corpo editorial	0,25
Organização de Livro	0,06
Capítulo de Livro publicado em editora com corpo editorial (0,10 pontos por capítulo publicado)	até 0,20
Trabalho completo publicado em anais de evento internacional e nacional (0,06 pontos por trabalho publicado)	até 0,24
Trabalho completo publicado em anais de evento regional e local (0,04 pontos por trabalho publicado)	até 0,16
Trabalho resumido publicado em anais de evento (0,02 pontos por trabalho publicado)	até 0,10
Apresentação de Trabalho em Evento Científico (0,02 pontos por trabalho apresentado)	até 0,08
Parecer (Ad-Doc) em evento ou artigo de revista (0,30 pontos por parecer)	até 0,06
SUB-TOTAL DE PONTOS =	até 2,50
ATIVIDADE DIDÁTICA NA ÁREA OBJETO DA SELEÇÃO	
Atividade de ensino na Educação Básica (0,06 por ano letivo)	até 0,60
Atividade de Ensino no Ensino Médio (0,06 por ano letivo)	até 0,60
Atividades de Ensino no Nível Superior (0,16 por semestre letivo)	até 1,6
Participação em PESCD (0,04 por semestre letivo)	até 0,08
Atividade de Tutoria em cursos de graduação e/ou especialização a distância (0,04 pontos por 60h de carga horária)	até 0,12
SUB-TOTAL DE PONTOS =	até 3,00
ATIVIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL	
Atividades Administrativas em Educação (Coordenação, Direção, Supervisão, Orientação Pedagógica)	0,80
Palestras/Conferências/Minicursos/Oficinas/ ministrados (0,10 pontos por ano)	até 0,30
Participação em Bancas de Defesa Pública de TCC/Monografia/Especialização (por banca) (0,10 pontos por trabalho realizado)	até 0,30
Participação em comissão organizadora de eventos acadêmicos (por evento) (0,05 pontos por evento)	até 0,10
SUB-TOTAL DE PONTOS =	até 1,50
TOTAL =	até 10,00